



ATESTADO DO CARÁTER DEFINITIVO DO JULGADO

TC 018.212/2014-0

1. Em cumprimento ao Acórdão 5813/2017 – TCU – 2ª Câmara, Sessão de 21/6/2017, Relatora ministra Ana Arraes, peça 30, foram notificados o Sr. José Raimundo da Silva Filho e Comitê Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Médio Mearim - CODESUM, conforme quadro a seguir:

Acórdão 5813/2017 – TCU – 2ª Câmara (peça 30) - Comunicações					
Responsável	Adv/Proc/Repres. Legal	Procuração (peça)	Ofício (peça)	Ciência (data e peça)	Trânsito em Julgado
José Raimundo da Silva Filho	-	-	2394/2017 Peça 38	15/9/2017 Peça 44	3/10/2017
Comitê Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Médio Mearim - CODESUM	José Raimundo da Silva Filho (CPF: 100.217.873-87)	36	Edital 101/2017 Peça 53	15/12/2017 Peça 54	3/1/2018

2. Transcorridos os prazos recursais em 3/10/2017 e 3/1/2018, o Sr. José Raimundo da Silva Filho e Comitê Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Médio Mearim - CODESUM **não recorreram** da decisão proferida pela Egrégia Corte de Contas.

3. Assim, o Acórdão 5813/2017 – TCU – 2ª Câmara **transitou em julgado** conforme quadro do item 1 acima.

4. Atesto a inexistência de erros materiais, conforme verificação de peça 33.

5. Certifico, ainda, que foram feitos os registros no Sistema CADIRREG, em obediência ao disposto no §3º do artigo 1º da Resolução-TCU 241/2011, c/c o artigo 32 da Resolução-TCU 259/2014, conforme comprovante apensado aos autos (peça 45 e 55).

6. Assim sendo, com fulcro na delegação de competência constante da Portaria-Secex/MA 1/2017, encaminho os autos ao Núcleo de CBEX do Serviço de Administração desta SECEX/MA para a imediata formalização dos processos de cobrança executiva, nos termos da Resolução-TCU 178/2005, c/c com o inciso V do artigo 43 Resolução-TCU 253/2012, e posterior encaminhamento ao MP/TCU, via Scbex.

SECEX/MA, 16/1/2018.

(assinado eletronicamente)

RAFAEL ALVES DA SILVA
Assistente Administrativo - Interino
TEFC Matrícula 10587-2

(Subdelegação de competência conferida pelo Art. 5º, inciso I, da Portaria-SECEX-MA nº 1, de 13/01/2017)